

Montagem: Clayton Nobre

Interiorização

Professores querem autonomia

Em reportagem solicitada pelo próprio movimento docente que atua nos campi da Ufam no interior, professores avaliam o processo de expansão da universidade. Nas discussões sobressaíram opiniões sobre condições de trabalho, relacionamento com a instituição e autonomia para execução das atividades. **Páginas 6 e 7.**

Carreira

Docentes mobilizam-se por novo projeto

A ameaça que professores sofrem com projeto de carreira (engavetado) no governo federal mobiliza docentes a planejarem nova proposta. **Página 4.**



Najla Passos/ Andes-SN

Opiniões

Autores querem mais divulgação da Edua

Além de poucos funcionários e instalações que não comportam o fluxo de trabalho, há pouco investimento na divulgação das obras lançadas, conforme reclamações de docentes. **Página 9.**

Debate

O que vale contra as drogas na universidade?

Metade dos universitários brasileiros já usou drogas (lícitas ou ilícitas). Pesquisa incita debate sobre formas de combate às drogas na Ufam e demais ambientes acadêmicos. **Página 5.**

Editorial

No momento em que desejamos dar as boas-vindas aos docentes da Ufam ao início deste período letivo, queríamos fazê-las plenos de satisfação e de esperança. Contudo, os ventos que sopram no horizonte são ameaçadores e carregados de incertezas, ensejando disposição do movimento docente para o enfrentamento. Estamos nos referindo ao "projeto" de carreira do governo federal, ora adormecido, esperando o momento eleitoral passar para ser reapresentado. Nele estão "medidas" como a criação de mais um nível salarial (o professor Sênior), o ingresso na carreira docente via concurso público (claro!) desde o primeiro nível da primeira classe (hoje, de Auxiliar, mas provavelmente o governo alterará essa nomenclatura) e a possibilidade de redução do interstício para progressão funcional desde que o docente aumente consideravelmente seu tempo com aulas na graduação. Nosso sindicato alerta para que discutamos a proposta, tendo sempre como referência nosso próprio projeto de carreira. A Adua estará sediando, no próximo dia 27 e 28 de agosto, o Encontro das Seções Sindicais da Regional Norte I do Andes-SN, e nesse momento daremos início a essa discussão com a presença do prof. Maurício Silva, do GT nacional de Carreira Docente. Todos estão convidados.

Outro assunto a exigir maior atenção por parte dos docentes é o anúncio do "pacote da autonomia" pelo governo federal, que alardeia serem medidas que restauram a autonomia tanto desejada pelas IFES. Sem dúvida, essas Instituições necessitam de maior autonomia para administrarem as universidades públicas e, se efetivamente tiverem esse compromisso político, promoverem democraticamente o ensino, a pesquisa e a extensão. No entanto, não será com esse arremedo ficcional de autonomia que tal acontecerá. É preciso desmistificar o pacote. Como será possível pensar em autonomia administrativa sem garantia de recursos financeiros? Como imaginar uma administração pública autônoma vinculada umbilicalmente a uma fundação privada, como as que existem hoje em quase todas as Universidades? E isto depois do TCU ter demonstrado que grande parte dessas relações é "estruturalmente espúria e corrupta". Acompanhe nossos comentários sobre o pacote na pág. 3.

Queremos agora chamar a atenção para nossa reportagem central: o projeto de interiorização da UFAM, inspirado na concepção do programa REUNI. A partir de reclamações e reivindicações de docentes lotados nos campi do interior que chegaram até a Adua, resolvemos fazer a reportagem para que possamos compreendê-lo mais. Sem dúvida, o espelho da realidade nesses ambientes reflete um amontoado de problemas infra-estruturais e de condições de trabalho e moradia semelhantes. Uma primeira observação indica que, muito provavelmente, tal processo se deu de forma apressada e sem medir o grau de insatisfação que provoca o abandono de docentes nas áreas expandidas. Chamamos sua atenção para refletir sobre tais questões.

No mais, desejamos que você desfrute dos costumeiros artigos que publicamos, no mínimo intrigantes.

Até o próximo mês.

Notas

Direção na FEEF

Diferente de outras Unidades Acadêmicas da Ufam, a Faculdade de Educação Física e Fisioterapia passou a funcionar, a partir de julho/2010, com nova diretoria devidamente ajustada ao modelo acadêmico/administrativo que reza o Reuni. Ou seja, a diferença está na falta de consulta à comunidade, por processo eleitoral ou plebiscito, se desejavam mudar a forma administrativa, deixando de existir os Departamentos.

Direção na FEEF 2

Apenas o Condep da unidade manifestou-se pela mudança de direção, não havendo processo eleitoral consultivo mais participativo. Esperamos que o processo sucessório nas unidades do interior seja mais democrático e consulte todos os membros daquelas comunidades universitárias.

Novo conselho da Unisol

Por questões éticas, a Adua não indicou representantes para compor o Conselho Diretor da Fundação Unisol, conforme solicitação da Ufam. Em resposta ao ofício enviado à Adua, a diretoria afirmou que há decisão congressual contrário à existência desse tipo de fundação interagindo com a universidade pública. "Tais relações, no nosso entendimento, dificultam a autonomia almejada, além de proporcionar condições de se promover a mercantilização da educação", informa a diretoria.

Consuni e Unisol

Por falar em Unisol, na reunião extraordinária do Consuni, em 06 de agosto, para recredenciar a Fundação Unisol junto a SESu/MEC, foram fornecidas algumas informa-

ções interessantes sobre as atividades da Fundação em 2009. Ficamos sabendo que ela gerenciou recursos financeiros em torno de 105 milhões de reais, que geraram cerca de 2,8 milhões de reais de receita. Desse valor, foram repassados à Ufam R\$ 410.581,00, que foram utilizados em três atividades específicas.

Consuni e Unisol 2

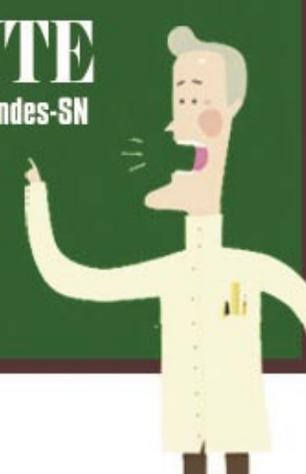
Mas, é de se perguntar, se a Fundação é de apoio à Ufam, para onde foi o restante do dinheiro? Para o pagamento dos 66 funcionários da sede? Para os mais de mil funcionários trabalhando nos Hospitais Getúlio Vargas e Francisca Mendes? Para o pagamento de "pró-labore" de docentes coordenadores dos projetos? O que é isto se não a privatização autorizada dentro de uma universidade pública?

Agende-se

Reunião ampliada de diretoria - às 9h
I Encontro das Seções Sindicais da Regional Norte I - Gestão 2010/2012 - às 15h

Em debate:
CARREIRA DOCENTE
Com a participação de Maurício Alves da Silva, do Andes-SN

Dia 27/08/2010
No Auditório da Adua



Humaitá debate integração com a sociedade

No Instituto de Agricultura e Ambiente, em Humaitá, a comunidade universitária se reuniu para debater a integração da Ufam com a sociedade, nos dias 29 e 30 de junho. "Os debates foram bons, apesar de poucos terem participado", disse a professora Ednailda Santos, docente no município. Ela informou ainda que foi feito um balanço das atividades no campus e um planejamento estratégico, com a presença do proreitor de Planejamento Albertino Carvalho.

Um dos temas discutidos no encontro foi a política de cotas nas universidades. O ex-presidente da Adua, Isaac Lewis, participou do evento como representante do sindicato. Para a professora Ednailda, a discussão sobre o assunto precisa continuar. "É um assunto que ainda gera muitas dúvidas". Os docentes programam outra discussão sobre os assuntos na Ufam no mês de agosto.

Adua terá boletim eletrônico

Nesse semestre, a equipe de comunicação da Adua planeja a distribuição on-line do boletim do sindicato. A ferramenta, já usada em diversas seções sindicais do Andes-SN, será uma forma de estreitar os laços entre professores, professoras e seu sindicato.

Cadastre seu e-mail enviando-o para nosso endereço:

imprensa.adua@gmail.com



twitter

Siga a Adua no Twitter!

www.twitter.com/docentes_uifam



O **jornal da adua** é uma publicação da Associação dos Docentes da UFAM - Seção Sindical do ANDES-SN

Diretoria: Antonio José Vale da Costa (presidente), Francisco Jacob Paiva da Silva (1º vice-presidente), Osvaldo Gomes Coelho (2º vice-presidente), Amâncio Alves Bezerra (1º secretário), Odenei de Souza Ribeiro (2º secretário), Nelson Matos de Noronha (1º tesoureiro) e José Alcimar de Oliveira (2º tesoureiro).

Jornalistas responsáveis: Clayton Nobre (DRT-AM 0000438) e Sávio Stoco (DRT-AM 000350)
Reportagem: Clayton Nobre, Sávio Stoco, Andes-SN

Projeto Gráfico: Herivaldo da Matta (Kuca)
Fotografias: Clayton Nobre, Najla Passos (Andes-SN)

Impressão: Gráfica Ampla. 2000 exemplares.

Fone/Fax: (92) 3088-7009/ 3305-4103

e-mail: aduass@uol.com.br; imprensa.adua@gmail.com (Imprensa)

Endereço: avenida General Rodrigo Otávio Jordão, 3000, Campus Universitário, Setor Sul, Coroado, CEP: 69080-005 - Manaus-Amazonas.
Site: www.adua.org.br

Privatização**Governo Federal lança “pacote da autonomia”**

O chamado “pacote da autonomia universitária”, anunciado e implementado em 19 de julho pelo governo federal, afasta ainda mais as Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes) da verdadeira autonomia universitária, estabelecida na Constituição Federal. Essa é a avaliação preliminar feita pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN) sobre a Medida Provisória e Decretos relacionados no quadro ao lado.

“O projeto não tem efetividade prática”, reclamou o 1º vice-presidente da Adua e 2º vice da Regional Norte I do Andes-SN, Jacob Paiva, quando soube dos decretos por meio da imprensa local. “Com o orçamento que se destina à Educação nesse país, não há como nenhuma universidade adquirir autonomia”.

O 1º vice-presidente do Andes-SN, Luiz Henrique Schuch, concorda: “Autonomia sem garantia de verbas não é autonomia. Sem contar que o governo, ao invés de agir no sentido de dar um basta à relação perniciosa estabelecida entre as universidades públicas e as fundações privadas, preferiu fazer mais um atentado ao fundamento republicano da separação entre as esferas públicas e privadas, dando um fio de legalidade a uma relação que é estruturalmente espúria e fonte de corrupção”.

Fundações privadas

As críticas do Sindicato Nacional ao pacote da autonomia são mais duras no que tange ao aspecto da gestão administrativa e financeira das Ifes. “A MP 435 é um ato de negação da autonomia universitária, desconsiderando, mais uma vez, o artigo 207 da Constituição Federal, pois em grande parte trata de legalizar as relações das Ifes com suas fundações privadas “ditas de apoio”, propiciando levar ao campo privado muitas das ações que deveriam ser efetivadas no campo público”, analisa o membro da coordenação do Grupo de Trabalho de Políticas Educacionais (GTPE) do Andes-SN, Cláudio Antônio Tonegutti.

O 2º vice-presidente do Andes-SN, Luís Mauro Magalhães, destaca ainda as modificações impingidas a alguns artigos da Lei 8958/1994, que criam ainda mais possibilidades de atuação para as fundações privadas ligadas às Ifes. “A MP passa a permitir, por exemplo, que as fundações concedam bolsas para estudantes de pós-graduação e abre a possibilidade de convênios entre essas fundações e as agências de fomento (Capes, CNPq e Finep), o que é uma situação nova e complicada, já que são as universidades que deveriam gerir toda a sua política de concessão de bolsas”, acrescenta.



Montagem: Sívio Stoco

Pacote da autonomia pode ser mais uma armadilha para a privatização das Ifes

Luís Mauro ressalta que a MP mantém a possibilidade das fundações “concederem bolsas de ensino, pesquisa e extensão para os servidores da Ifes, de acordo com os parâmetros a serem fixados em regulamento”. “A MP não diz que regulamento é esse e nem mesmo quem será responsável por fixá-lo”.

Gerenciamento de pessoal

O Decreto que trata do gerenciamento do quadro de servidores técnico-administrativos e seus quantitativos nas Ifes cria, na prática, um dispositivo para o gerenciamento do pessoal técnico-administrativo parecido com o do chamado “banco de professores equivalentes”. “A ‘autonomia’ se restringe, assim, à autorização de repor eventuais vagas existentes, sob a vigilância zelosa do MEC e do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (MP)”, diz Tonegutti.

A medida legaliza as relações das Ifes com suas fundações de apoio. Leva ao campo privado muitas ações que deveriam ser efetivadas no campo público.

Para Luís Mauro, os atos do governo jogam com dois aspectos preocupantes no que tange à política de pessoal. “Ao mesmo tempo em que impedem a ampliação do quadro administrativo, o pacote da autonomia amplia a perspectiva de gerenciamento de

pessoal via fundações de apoio, ou seja, demarca as delimitações de autonomia no campo da esfera pública, mas a abre completamente na esfera privada”.

Gerenciamento de recursos

Já o Decreto 7233/2010 traz, na opinião de Tonegutti, um importante mecanismo de preservação dos recursos financeiros das Ifes, que deixam de, por obrigação legal, serem recolhidos ao tesouro nacional ao final de cada exercício. “Este ponto positivo é, entretanto, acompanhado de uma série de medidas que disciplinam a elaboração e execução orçamentária na Ifes, mas o faz reforçando os mecanismos de controle central, pelo MEC e pelo MP”, explica.

Luís Mauro avalia que o decreto estabelece uma liberdade bastante ampla para a utilização dos recursos próprios das universidades, que são os recursos arrecadados por cada Ifes por meio de doações, convênios etc, inclusive por meio das fundações “ditas” de apoio. “Esses recursos não precisam ser devolvidos à União no final de cada exercício financeiro e podem ser empregados da forma que a instituição definir”.

Entretanto, ele vê limitações à autonomia das Ifes em relação aos recursos repassados pela União, que passam a ser distribuídos a partir de uma matriz baseada em critérios basicamente produtivistas, a exemplo dos que gerem os repasses das verbas provenientes do programa Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o Reuni.

Veja a MP e os decretos

Medida Provisória nº 495: altera a Lei nº 8.958/94, dentre outras, regulamentando ações de convênio entre as fundações privadas de apoio e as instituições de ensino superior.

Decreto nº 7.232: autoriza concursos públicos para o provimento dos cargos vagos de técnicos-administrativos, mediante deliberação de suas instâncias competentes, na forma do respectivo estatuto, independentemente de autorização do MEC ou MP.

Decreto nº 7.233: define procedimentos orçamentários para preservar os recursos financeiros das Ifes.

Decreto nº 7.234: dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Com o novo texto, o programa passa a ser considerado como política de Estado.

Decreto regulamenta assistência estudantil

Em relação ao Decreto que cria o Programa Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), o membro do GTPE do Andes-SN, Cláudio Antônio Tonegutti, vê avanços. “São ações reivindicadas pela comunidade universitária, em especial pelos estudantes, e que fazem parte do Plano de Lutas do Andes-SN desde sua fundação”, esclarece.

Segundo ele, as Ifes já implementam algumas ações nesta linha, em maior ou menor grau, conforme as condições e meios disponíveis. “Nos parece que o Pnaes visa articular essas ações em nível nacional podendo contribuir como veículo de articulação da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, afirma ele, ressaltando que, infelizmente, estas ações tem sido constrangidas pela falta de recursos e da infraestrutura.

Para o 2º vice-presidente do Andes-SN, Luís Mauro Sampaio Magalhães, a principal falha do decreto encontra-se justamente na falta de previsão orçamentária e de infraestrutura, o que acaba comprometendo por inteiro. “O Decreto 7234/2010 parece mais um programa de intenções, já que não prevê recursos orçamentários e nem melhorias na estrutura das Ifes para que, de fato, sejam desenvolvidas as ações de democratização da permanência dos jovens nas universidades, redução das taxas de evasão e promoção da inclusão social pela educação”, destaca ele.

Participação

Começa construção de novo projeto de carreira docente

Najla Passos/ Andes-SN

Os professores universitários da Ufam devem se preparar para elaborar em conjunto uma nova proposta de carreira, a ser defendida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN). Conforme decisão tomada em reunião do Grupo de Trabalho sobre Carreira do Sindicato, e do Setor das Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes), a construção do projeto deverá ter a participação direta dos professores da base.

A reunião, ocorrida em Brasília, em 17 e 18 de julho, teve a participação de 40 representantes de 27 seções sindicais. O 2º tesoureiro da Adua, José Alcimar de Oliveira, representou os docentes da Ufam. Em reunião na Adua, o docente alertou sobre o processo de “bolsificação” do projeto de carreira proposto pelo governo federal. “A ideia do governo é que o professor monte seu próprio salário”, reclamou. “Na verdade, é uma forma de aumentar o fosso dos docentes”.

Para construção de uma nova proposta de carreira, a Adua e demais seções sindicais serão responsáveis pela articulação com os professores de diversos departamentos e unidades, com destaque aos novos docentes. Para isso, os deverão reservar um tempo para debater carreira e discutir um projeto eficiente para melhorar seu futuro, assim como da universidade e da sociedade.

A Adua deverá fazer, até a primeira quinzena de setembro, uma assembleia com os filiados para tratar dos primeiros pontos sobre o assunto, conforme cronograma estabelecido durante a reunião. Esses pontos relacionam os pressupostos sobre o ambiente em que o trabalho docente deve ser exercido e os fatores que devem incidir no desenvolvimento do docente na carreira.

Nos dias 21 e 22 de agosto, o professor José Alcimar de Oliveira voltará a Brasília para novo encontro do GT Carreira e Setor das Ifes.

Conquistas

“A carreira é estratégica para a existência da universidade pública de qualidade e para garantia de direitos dos docentes”, disse a presidente do Andes-SN, Marina Barbosa Pinto, em reportagem do Sindicato. Ela afirmou ainda que as reivindicações em torno da carreira docente já possibilitaram importantes conquistas na história do movimento docente. Contudo, muitos desses direitos estão siste-



Presidente do Andes-SN, Marina Pinto, reúne-se no MP para discutir carreira

maticamente sendo anulados pela atual reforma neoliberal do Estado. “É neste contexto que o atual governo anuncia sua intenção de acelerar a reestruturação da carreira docente, para além das medidas que já alteram, na prática, a sua conformação original”, afirmou.

O QUE PODERÁ MUDAR NA CARREIRA DOCENTE

Entre as mudanças na carreira de docentes do Magistério Superior propostas pelo governo federal estão: a criação do Professor Sênior; a instituição da Retribuição por Projetos Institucionais de Pesquisa e Extensão; o ingresso na carreira no primeiro nível da primeira classe, mediante concurso público de provas e títulos; a redução no interstício para progressão funcional; entre outros.

Para o professor de Antropologia Lino João Neves, o governo “usa a mesma lógica produtivista da Plataforma Lattes”, que está conquistando os professores das universidades brasileiras. Para o tesoureiro da Adua, José Alcimar de Oliveira, a proposta “é uma forma de universalizar o modelo grego, de aumentar o tempo de contribuição dos servidores”.

Em relação à questão dos aposentados, Duvanier afirmou que o debate precisa ser feito “à luz da realidade”, e soltou outra de suas pérolas: “É preciso afastar essa ideia de que o docente que se aposentou continua na carreira”.

Projeto do governo vai para gaveta

O Projeto de Lei (PL) que trata da reestruturação da carreira docente pelo governo federal vai ficar engavetada temporariamente. A informação é do ministro do planejamento Paulo Bernardo, que afirmou que o PL não será levado agora ao Congresso em virtude da grande pressão exercida por algumas categorias que extrapolavam as possibilidades orçamentárias do ministério.

O projeto, contudo, ainda é uma ameaça na visão de alguns professores do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN). Em reunião com o sindicato, em 21 de julho, o secretário de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MP), Duvanier Paiva Ferreira, afirmou que o governo poderá enviar o PL ao Congresso Nacional após as eleições presidenciais. “Este projeto é uma medida complementar ao pacote da autonomia, assinado pelo presidente Lula esta semana”, explicou Duvanier.

Na ocasião, os representantes do Andes-SN solicitaram que as discussões de questões estruturais, como é o caso da carreira, não fossem interrompidas em função do período eleitoral e solicitaram a abertura

de negociações efetivas sobre o tema. O ministro concordou com a sugestão e prometeu convocá-los em breve para uma reunião com sua equipe.

A diretoria do Sindicato também cobrou espaço para que a discussão sobre carreira seja feita sem sobressaltos e sem ser confundida com o debate sobre política salarial. “Desde 2009 que o Andes-SN protocolou sua pauta de reivindicação salarial neste Ministério e ainda não obtemos resposta”, registrou a presidente do Sindicato Nacional, Marina Barbosa Pinto.

O secretário de Recursos Humanos afirmou que o governo considera encerradas as discussões sobre campanhas salariais dos servidores, já que a negociação foi por três anos. Ele esclareceu que alguns aspectos do PL sobre carreira docente ainda estão sendo estudados, mas explicou que a margem para alterações é pequena. “Não podemos criar impacto financeiro no orçamento e nem espaço para judicialização. A eventual repercussão financeira deverá ficar restrita à margem do crescimento vegetativo da folha de pessoal de um ano para outro. Temos que respeitar a questão ética perante o próximo governo”.

Polícia ou Política

O que vale na batalha contra as drogas na universidade?

A insegurança e o clima de medo nos corredores da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) têm estimulado, no último ano, diversas revanches, mobilizações e articulação de debates realizados em seminário institucional. O assunto voltou a ser debatido, por outros vieses, no começo de julho, quando 15 estudantes foram detidos pela Polícia Federal na Ufam fazendo uso de entorpecentes. O caso e as medidas adotadas pela instituição provocaram uma discussão sobre o papel da universidade em ações de combate ao uso de drogas nas instituições de ensino superior.

Em nota divulgada na imprensa após o incidente, a reitora Márcia Perales informou que não há por parte da administração da Ufam a pretensão de resolver isoladamente o problema do tráfico e do consumo de drogas ilícitas. “Mas há, isto sim, a clara percepção das responsabilidades institucionais que precisam ser honradas, entre elas, implementar todas as ações possíveis, legais e legítimas, que se façam necessárias para garantir, (...) ambientes efetivamente propícios às atividades de ensino, pesquisa e extensão”.

Junto com a nota da reitora, veio a informação de aliança entre a Ufam e a Polícia Federal no combate ao tráfico, uso de drogas, assaltos entre outros crimes na academia, além de

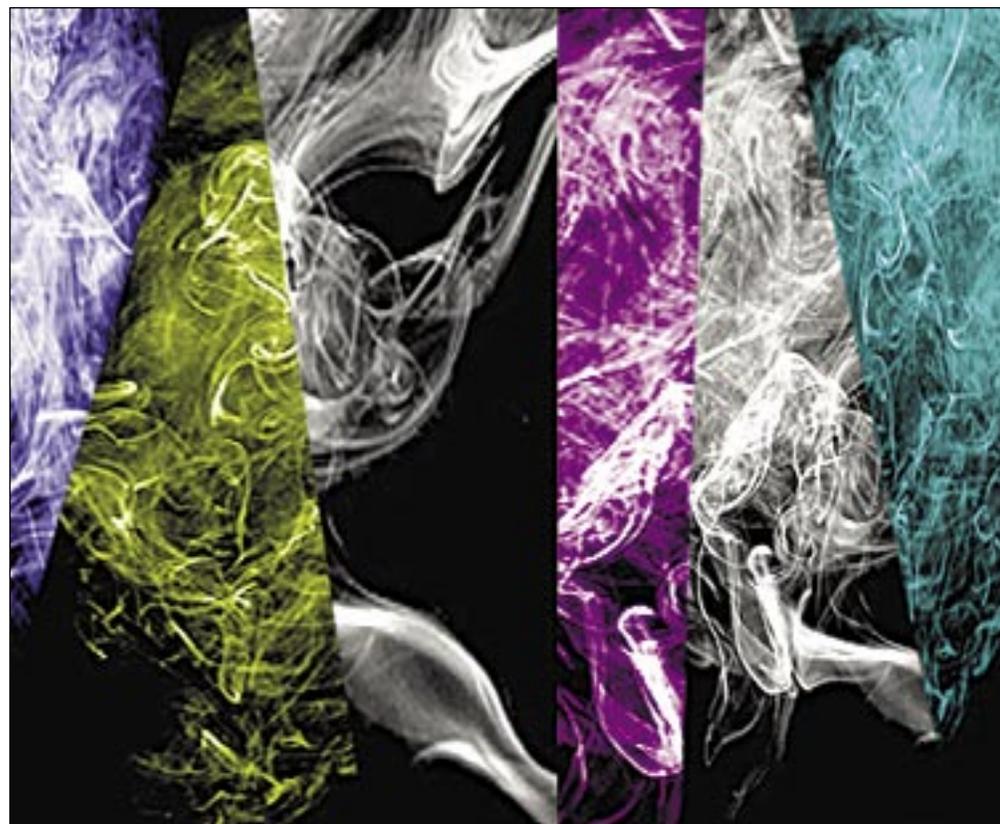
ações educativas. A medida, para alguns, é necessária tendo em vista o clima de insegurança já manifestado em diversas oportunidades pelos acadêmicos. Outra perspectiva analisa a aliança feita entre a Ufam e a PF como uma medida que evidencia os modos como se articulam hoje os níveis de produção social da violência, baseados, na sociedade civil, pela substituição traumática da política pela polícia.

“É assim que o poder age diante de um problema sério”, afirma o professor aposentado de Medicina, Menabarreto França. “Pelo que li, a postura (da reitoria) foi mais no sentido coercitivo. Isso é tapar o sol com peneira, jogar um debate sério para debaixo do tapete”. Na opinião do professor, a Ufam deveria investir seriamente no

A universidade não pode judicializar uma questão pedagógica. Nenhum problema dessa natureza deve ser resolvido com repressão

Ricardo Bessa

fortalecimento da política de acompanhamento no Cais às pessoas envolvidas com drogas. “É preciso um procedimento ambulatorial eficaz para alunos, professores, técnicos e também seus familiares. E promover um debate, para não ficar no imediatismo”.



Montagem: Sávio Stocco

O docente Ricardo Bessa, do Departamento de História, não ficou satisfeito com a aliança com a Polícia Federal. Ele afirma que a Ufam é uma instituição pedagógica por natureza e, portanto, não pode resolver nenhum problema sob repressão. “A universidade não pode judicializar uma questão pedagógica”, disse.

A diretora da Faculdade de Educação, Arminda Mourão, afirmou que já esteve em situações parecidas quando foi pró-reitora de assuntos comunitários, em 1994. “Tivemos problemas não só com drogas ilícitas, mas lícitas também. O problema do alcoolismo era muito grande”, disse.

Ela afirma, no entanto, que as medidas educativas adotadas à época não surtiram efeito. “Nós conversávamos com os envolvidos, mas até hoje o problema persiste”, disse. “Eu não fico na Ufam depois das 20h. Nós vemos problemas constantes de arrombamento nos estacionamentos e até sexo em sala de aula. A moça da limpeza foi fazer seu serviço, e viu o cara nu, fazendo sexo na sala”, denunciou.

Arminda, portanto, não vê problemas nas medidas adotadas pela instituição. “O uso de drogas hoje não pode ser visto como na minha época. A droga, hoje, é usada para o vício”.

Metade dos acadêmicos afirmam já ter usado drogas

Em um universo de 18 mil universitários no Brasil, 49% afirmam ter usado drogas (lícitas ou ilícitas) alguma vez na vida. Os dados são do I Levantamento Nacional sobre Uso de Alcool, Tabaco e Outras Drogas entre Universitários, feito pela Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (Senad), do governo federal, em parceria com o Grupo Interdisciplinar de Estudos de Alcool e Drogas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (GREA-FMUSP).

O fator mais preocupante, conforme os pesquisadores, é que o consumo de álcool, tabaco e outras drogas entre os universitários é mais frequente que na população em geral. O estudo instiga os dirigentes das universidades brasileiras, assim a comunidade universitária em geral, a repensarem suas ações e políticas específicas para sanar o problema.

Reunião ampliada

Docentes elaboram novo calendário de eleições da Adua

Está pronto o cronograma eleitoral para escolha da próxima gestão da Adua. O calendário foi organizado por professores filiados à Adua, em reunião de diretoria ampliada ocorrida no dia 9 de julho. A reunião teve participação da atual diretoria e professores representantes dos campi de Manaus, Itacoatiara, Benjamin Constant e Pa-

rintins.

Conforme o cronograma eleitoral estabelecido, o edital de inscrição de chapas foi lançado no dia 19 de agosto de 2010, com prazo de 23 de agosto a 15 de setembro. A eleição ocorrerá no dia 22 de setembro. A diretoria eleita será empossada em 1º de outubro deste ano.

O edital para inscrição de chapas havia sido prorrogado de 16 para 23 de abril por conta de falta de inscrições. Sem chapa inscrita também no segundo prazo, a Assembleia Geral da Adua deliberou pela prorrogação de quatro meses de exercício da atual diretoria.

Nova reunião com os representantes das unidades do interior está marcada

para o dia 27 de agosto, quando ocorrerá o I Encontro das Seções Sindicais da Regional Norte I do Andes-SN. Nessa oportunidade, o professor Maurício Silva, da direção nacional do Andes-SN, abordará a questão da carreira docente, fazendo uma comparação entre as intenções do governo federal e a proposta do movimento docente.

Expansão

Docentes apontam barre

Desmotivação. Por enquanto, essa é a palavra predominante na fala de professores lotados nos cinco campi da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) no interior do Estado quando questionados sobre suas perspectivas no processo de expansão da universidade. Professores que vieram de diversos lugares do Brasil para exercer a docência no interior do Amazonas deram suas declarações em reportagem solicitada pelo próprio movimento docente desses municípios. Entre as falas daqueles que viveram o período difícil da construção das unidades acadêmicas nos pólos do Estado, há a exigência de reconhecimento na forma de políticas de fixação de docentes no interior e, sobretudo, autonomia.

O processo de interiorização da Ufam é, desde 2005, integrante do Programa de Expansão do Sistema Público Federal de Educação Superior, do Ministério da Educação. Sob o slogan “o Amazonas é o nosso campus”, o projeto Ufam Multicampi adotou a política de expansão via pólos. Conforme lembra o diretor do Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia, em Itacoatiara, Cícero Cavalcante, “a ideia do slogan é que cada campi seja um centro universitário pro Estado”. O projeto visa beneficiar 36 dos 62 municípios amazonenses. “Ainda faz parte do projeto a expansão em Manacapuru e São Gabriel da Cachoeira. Mas sabemos que falta muita coisa pra frente”, disse Albertino Carvalho, pro-reitor de Planejamento da Ufam.

O programa indica a contratação de 80 a 100 professores em cada campi. Contudo, a reitora Márcia Perales apontou como um dos entraves do processo de expansão a dificuldade de fixação de pessoal no interior. “Não conseguimos ainda junto ao governo federal um incentivo específico para professores e técnicos ficarem no interior. Mas é um desafio nosso”, disse. “Eles ficam dois meses, três meses, mas sempre buscam outro concurso para retornar a seu local de origem e ficar mais perto da família”.

Quem sofre na prática o problema da falta de pessoal aponta outros motivos, como a sobrecarga de trabalho. “Esse mês vou ministrar quatro disciplinas. Como vão ficar os projetos de extensão?”, reclama Alessandro

Medeiros, professor em Parintins, denunciando ainda que já constatou voluntários e técnicos-administrativos dando aulas no lugar de professores.

João Barros, professor também em Parintins, alerta que “o estágio probatório exige ações em ensino, pesquisa e extensão. Mas com que tempo vamos fazer tudo isso?”, alerta.

Na opinião de Josenildo Santos, professor em Benjamin Constant, a administração da Ufam ainda não integrou os campi do interior completamente. “Não são só as atividades da Proexti (Pró-reitoria de Extensão e Interiorização) que devem ser pensadas pro interior” reclama. “Sei que teve uma discussão sobre segurança em Manaus, mas não fomos consultados. E Benjamin Constant é uma área de fronteira que precisa ser olhada. A gente entra no site da Procomum (Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários) e só vê atividades em Manaus”, afirmou.

Autonomia

Um dos principais motivos para a desmotivação, apontada no início do texto, é relativo a questões de autonomia. Essa é a opinião de Fabiane Maia, docente no Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia, em Itacoatiara. “Muitas decisões que nós tomamos aqui, em função daquilo que sabemos que é necessário, são desconsideradas nos conselhos em Manaus”, disse. “E não são decisões graves ou ilegais. São projetos de extensão, de pesquisa”.

Cada campus tem um conselho diretor. “O conselho geralmente acata nossos projetos. Lá em Manaus é que não aceitam”, afirmou Alcicley Abreu, também docente em Itacoatiara. “Parece que ‘eles’ desconsideram a qualidade do nosso trabalho”, complementou Heloísa Pinto.

Em Benjamin Constant e Parintins, docentes reclamam da concentração de poderes administrativos na direção dos institutos. “Não temos autonomia nem pra sair no fim de semana”, reclamou Max Pinheiro, de Benjamin Constant, lembrando a repreensão que sofreu para participar do evento da SBPC em Manaus. Em Parintins, registraram em ata até mesmo problemas de “assédio e autori-



Fotos: Clayton Nobre

Itacoatiara recebe livros em nova biblioteca

tarismo na saída de professores da cidade” e “exagero na noção de Dedicção Exclusiva”.

O diretor do Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia, de Parintins, Jefferson da Cruz, afirma que, para atender a demanda, os afastamentos são negociados com os docentes. Ele afirma também que há dificuldades para liberação de passagens para congressos. “A demanda aumentou muito”, disse. “Nos primeiros momentos da expansão nós conseguimos liberar passagens para congressos. Depois a demanda aumentou muito e nós tivemos um número reduzido de passagens”.

Em Itacoatiara, Nívea Cristina também reclama da dependência administrativa. Para resolver problemas no adicional de insalubridade, a professora saiu do município para ir ao Departamento de Recursos Humanos, em Manaus. “De lá me mandaram pra outro setor, na Procomum, mas depois pediram pra ir ao Hospital Getúlio Vargas. De lá, voltei pro RH”, criticou. Laura Castro, docente em Humaitá, acredita que a consolidação de políticas internas possibilitaria a autonomia no campus.

Para a reitora Márcia Perales, a autonomia das universidades nos campi ainda está em processo. “As unidades no interior têm uma estrutura administrativa diferenciada,

não têm departamentos”, disse. “Se há algum entrave, nós viveremos um momento crucial para debater isso, que é a estatuinte”. A reitora e o pro-reitor de planejamento, Albertino Carvalho, lembram que hoje os institutos já têm autonomia para administrar suas verbas. “Mas existe um problema de transparência desse repasse”, reclamou Fabiane Maia, em Itacoatiara.

A reitora apoia a transformação das unidades do interior em universidades autônomas: “Por que em Minas Gerais há 14 federais, e no Amazonas só uma?”. E afirmou ainda que os campi já caminham pouco para a descentralização, com a criação de comitês locais nas unidades.

Saúde

A questão da saúde docente foi o primeiro ponto destacado em entrevista com professores em Itacoatiara. “Estamos com um problema grave que interfere diretamente na qualidade do nosso trabalho”, disse Fabiane Maia. Alguns docentes gravaram na memória a data em que solicitaram adicional de insalubridade. “Pedi dia 10 de agosto do ano passado”, lembrou o educador Fabrício Valentim. “Eu pedi dia 2 de setembro e até hoje nada”, reclamou em seguida Nívea Cristina. Ao escutar os argumentos

**Docentes Fabiane Maia, Fabrício Valentim, Lucas Milhomens, Nívea Cristina, Ednilda Santos, Heloísa Chaves e Max Pinheiro, entre outros, deram suas opiniões**

irras na interiorização

da instituição sobre a demora, relacionados à falta de técnicos para atender a demanda, o docente Alcicley Abreu arriscou em acusar “falta de vontade” da instituição. Ele, que solicitou o adicional há mais tempo, recebe R\$ 400 por mês de adicional. “Insistam. Vocês estão perdendo”, disse aos colegas.

Já em relação ao plano de saúde, além dos mesmos problemas de morosidade e burocratização, os docentes lamentam a carência de profissionais cadastrados na Geap. “Temos, por exemplo, só um dentista cadastrado”, disse Fabiane. Por conta dessa carência, os professores acabam se deslocando para Manaus quando necessitam de assistência médica, sobretudo especializada. “Quem pode se deslocar pra Manaus, tudo bem. E quem não pode?”, questionou a educadora Heloísa Chaves.

Adelson da Costa, docente em Parintins, reclama que a Geap não garante nenhum atendimento no município. “Por conta do tempo, usamos nossas férias para fazer tratamento de saúde”, disse. A mesma reclamação vem de Humaitá. “Não existem médicos aqui cadastrados à Geap. Quem quiser fazer um tratamento de saúde, precisa ir a Porto Velho, em Rondônia”, relatou Laura Castro.



Novo prédio em Itacoatiara será lançado no próximo semestre. Já em Benjamin Constant, docentes reclamam do atraso

Infraestrutura

Os docentes e dirigentes entrevistados afirmaram que os primeiros anos de funcionamento dos institutos no interior foram preocupantes em relação à infraestrutura. Em algumas unidades, alguns entraves são solucionados com reformas e funcionamento de bibliotecas e laboratórios.

O primeiro prédio do campus em Benjamin Constant está previsto para inaugurar em agosto, mas deveria ter sido entregue em 2008; e todo o conjunto dos três blocos era para setembro de 2009.

“Tivemos que usar nossos próprios livros, um pequeno auditório foi transformado em duas salas de aula”, disse Rodrigo Reis. “Tratam a situação como se fosse natural. Mas pelos montantes de recursos envolvidos, não é tão natural assim. Não é só abrir concurso. Tem que haver condições mínimas para se instalar”, disse.

Descentralizar o ensino superior dos grandes centros é “louvável”, segundo o professor Josenildo Santos. Mas ele discorda da forma como está sendo promovida a implantação. “É um equívoco. Nitidamente não houve planejamento, verificação da estrutura”, disse.

Apesar da chegada dos novos livros à biblioteca, ele disse que os exemplares atendem somente a determinadas áreas. “Continuo tendo que emprestar meus livros”, disse Josenildo. “Há uma precarização geral da atividade docente. Os professores não têm uma sala onde podem atender alunos, fazer suas pesquisas. Para fazermos projetos de Pibic e outros, lançarmos notas, gastamos

nosso próprio dinheiro nas lan houses. Há internet, ainda que precária, só para a parte administrativa”.

Em Itacoatiara e Humaitá também são constantes reclamações referentes à internet. “Se eu quiser fazer alguma coisa na internet, preciso ligar para alguém de Manaus me ajudar”, disse Laura Castro, em Humaitá.

Os docentes de Coari reclamam da falta de material para aulas. “Outros cursos estão sendo privilegiados. Não temos alguns materiais na Enfermagem, nem no hospital municipal. Temos que comprar com nosso próprio dinheiro”, disse a professora Nara Lima. O diretor Paulo Jacob disse que a falta de materiais na Enfermagem é decorrente da falha dos próprios docentes no pedido feito em 2008.

A reitora Márcia Perales e o pro-reitor de Planejamento Albertino Carvalho relataram que houve problemas com a empresa que ganhou licitação para obras em Benjamin Constant. “É muito difícil encontrar empresas, principalmente locais, para responder à altura, com qualidade, aquilo que está exigido no edital”, disse a reitora.

Sobre a internet, Albertino lembrou que este é um problema que persiste no Estado inteiro. O diretor do instituto em Itacoatiara, Cícero Cavalcante, disse que já foi pensado em uma solução via Rede Nacional de Pesquisas, que cede a internet à Ufam. “É um problema grave porque interfere na nossa comunicação com a sede, e com o resto do mundo”, disse.

“Essa lei é um tiro no nosso pé”

Professores dos cinco campi do interior articularam-se, a pedido da Adua, para enviar representantes à reunião ampliada da entidade, realizada em 9 de julho. A ideia foi apresentada em Assembleia Geral da Adua, a partir de uma reivindicação de professores de Parintins. Estiveram representando os docentes do interior Lucas Milhomens (Parintins), Ednailda Santos (Humaitá), Fabiane Garcia (Itacoatiara) e Max Pinheiro (Benjamin Constant).

Em Coari, os docentes que participaram da reunião local relataram indisponibilidade para vir a Manaus. Por telefone, alguns fizeram reclamações sobre o relacionamento com o diretor do Instituto de Saúde e Biotecnologia Paulo Jacob, mas não quiseram dar mais detalhes, nem se identificar em entrevista. Sobre o assunto, Paulo Jacob afirmou que procura receber os professores e se aproximar, “mas atritos acontecem porque eles não procuram entender os trâmites da universidade”.

Durante a reunião ampliada, os representantes apresentaram uma série de relatos sobre o processo de expansão da universidade no interior e os graves problemas, já relatados no texto ao lado.

A reportagem do Jornal da Adua foi até Itacoatiara, no dia 2 de agosto, para

averiguar alguns dos problemas. A tônica das discussões lá feitas para reportagem foi a Lei 11907, de âmbito federal, que trata do afastamento dos professores para pós-graduação.

Conforme o planejamento dos docentes, uma parcela deles se afastou para capacitação, outra parcela espera em Itacoatiara para então haver um rodízio. “Quando a Selma Baçal (pro-reitora de pesquisa) veio aqui e disse que não podíamos mais sair para o doutorado, era como se ela tivesse jogado um balde de água fria. Essa lei é ‘um tiro no pé’”, relatou Fabrício Valentim.

A lei obriga professores a permanecerem na instituição (3 anos pra mestrado, 4 para doutorado) até saírem para pós-graduação. “Isso é horrível para o próprio instituto, que carece a profissionalização”, disse Fabiane Garcia. Fabrício alerta para possíveis exonerações de docentes e falta de candidatos para concursos, caso que já é preocupante nos institutos de ciências exatas do Brasil.

Sobre a questão, a reitora Márcia Perales afirmou: “Nós tentamos resolver a situação no início da gestão, mas o TCU veio em cima e falou que ia cobrar multa por professor que saísse”, disse.

Artigo

Enem e Provão. Por que a perplexidade sobre os seus resultados?

Isaac Lewis

As escolas e as universidades brasileiras deveriam ser avaliadas quanto à qualidade (boa ou má) e ao nível do conhecimento de leitura e escrita funcional, da realidade natural e social e quanto ao desenvolvimento de pensamento crítico e auto-crítico assimilados pelos alunos ao longo de suas vidas escolares.

O ENEM e o PROVÃO não são instrumentos que avaliam efetiva e objetivamente essa qualidade e esse nível de conhecimento nas escolas e universidades brasileiras.

É um equívoco dos burocratas educacionais (incluindo Ministros e Secretários da educação) pensarem que as escolas e as universidades estejam sendo realmente avaliadas.

Ministros e Secretários da educação sabem ou deveriam saber, há muito tempo, que a maioria das escolas e das universidades não estão comprometidas com ensino de leitura e escrita funcional, da realidade natural e social, e com o desenvolvimento do pensamento crítico e auto-crítico de seus alunos.

Então, não se justifica a perplexidade de Secretários e Ministros da Educação, quando tomam conhecimento de que alguns instrumentos de avaliação constatarem a precariedade e o fracasso do ensino nas escolas e nas universidades brasileiras.

Para justificar tal precariedade e fracasso, alguns burocratas educacionais (incluindo Ministros e Secretários da Educação) alegam a qualidade ou a condição de alunos (geralmente pobres e ignorantes) que tiveram a audácia de adentrar as escolas e as universidades públicas para estudar.

Em geral, os burocratas educacionais escamoteiam que eles são os responsáveis pela precariedade e pelo fracasso do ensino nas escolas. É que a partir da década de 1960, o Ministério e as Secretarias da Educação passaram a centralizar a administração das escolas, ditando normas e determinações que diretores e professores devem seguir em suas escolas e em suas salas de aula. Em muitas escolas, os diretores e diretoras agem como agentes administrativos de suas escolas, indo à Secretaria da Educação para buscar as determinações que deverão executar em suas escolas. Por isso, para serem diretores/diretoras, basta contar com apoio político do prefeito, do governador ou do Secretário da Educação de seu município ou do seu estado.

Em Manaus, esse processo se agrava mais ainda, pois a Câmara Municipal

resolveu votar leis para estabelecer o que os estudantes devem fazer ou não em sala de aula.

Instrumentos de avaliação educacional, como o ENEM e o PROVÃO, não avaliam corretamente a qualidade (boa ou má) da Educação brasileira, porque o que importa nessas avaliações é saber se a escola oferece ensino lúdico, religião, jogos, festas folclóricas, conteúdos voltados para o mercado ou para os vestibulares, feiras pseudo-científicas, competições esportivo-científicas, pesquisas e atividades extra-curriculares

sem que os alunos ou as alunas tenham qualquer conhecimento ou leituras prévios e sérios (otimismo pedagógico). Ou se a escola tem ar condicionado, retro-projetores, prédios reformados e pintados várias vezes, professores com maior número de certificados e diplomas, computadores de última geração, material midiático para aulas à distância (tipo Educação Bancária), televisão LCD, internet para que professores, alunos e funcionários se divirtam nas salas de bate-papo, bibliotecas para professores/as, diretores/as, alunos/as que nunca aprenderam a ler funcionalmente (entusiasmo pela educação).

Sabemos das falhas das práticas pedagógicas da Educação Bancária e da Escola Nova e dos falsos fundamentos das ideologias educacionais (otimismo pedagógico, entusiasmo pela educação), propagadas entre as décadas de 1930 e 1960.

Atualmente, os adeptos do ilusionismo pedagógico (Ministros, Secretários e burocratas da educação) propagam que a Educação brasileira vai muito bem, sem explicar porque a maioria dos estudantes que terminam o ensino fundamental, médio, e até superior, têm tanta dificuldade de ler e escrever funcionalmente, de entender a realidade natural e social e de pensar crítica e auto-criticamente.

Por tudo isso, precisamos rediscutir e resgatar o papel da Educação brasileira como formadora de profissionais portadores de conhecimentos científicos sobre a realidade natural e social que sejam capazes de refletirem e se posicionarem criticamente sobre essa realidade. Precisamos também rediscutir e resgatar o papel do Ministério e das Secretarias da Educação como órgãos que devem propiciar condições e orientações consistentes para que as escolas e as universidades realizem os fins mencionados acima, e, por fim, precisamos rediscutir e resgatar o papel de diretores, professores, alunos e pais de alunos como sujeitos interessados seriamente numa educação de boa qualidade que forme profissionais competentes, responsáveis e críticos.

Isaac Lewis é professor aposentado da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas e ex-presidente da Adua.

GTCA

Sindicato planeja comunicação

A expectativa criada no último Conad, em Fortaleza, sobre a questão da comunicação de nosso Sindicato resultou em frustração por ocasião da reunião do Grupo de Trabalho de Comunicação e Artes, em julho. Mas, se a reunião não aglutinou grande parte das Seções Sindicais, por outro lado possibilitou a ampla discussão dos que lá estiveram, aprofundando em problemas e conceitos como, por exemplo, software livre, instrumentos eficazes de divulgação e compreensão sobre a regularização de profissões ditas liberais.

Fruto da reunião, a definição de alguns eixos temáticos que possam constar da formulação da política de comunicação do Andes-SN deve nortear as discussões nas Seções Sindicais. Questões como a concepção de uma comunicação que dê conta da especificidade do Sindicato, o caráter coletivo do trabalho em comunicação envolvendo diretores e jornalistas e demandas urgentes da luta sindical foram a tônica dos debates. Discutiu-se a possibilidade de todo o Sindicato trabalhar com a difusão de boletins informativos eletrônicos, Twitter, murais, audiovisuais (rádio e TV) e produtos multimídias, além de repensar a distribuição de material impresso.

Para Tomzé Costa, que representou a Adua na reunião e é professor do Departamento de Comunicação Social da Ufam, a reunião do GT foi bastante frutífera por deixar fluir o debate visando aprofundar o sentido da comunicação em nosso Sindicato. “Os diretores das Seções Sindicais presentes manifestaram sua vontade de melhor desenvolver os vários instrumentos de comunicação disponíveis para a aproximação com os professores neste momento conjuntural do movimento docente nacional”, disse. Para ele, isto implica em “pensar a comunicação como instrumento estratégico capaz de mobilizar a categoria para as lutas que estão postas pela ação do governo federal”.

Estas ideias estão reunidas no relatório encaminhado às Seções Sindicais, que têm um prazo até 03 de setembro para analisá-lo e remetê-lo à coordenação do GTCA. Esta sistematizará as contribuições em Documento Base e o devolverá às Seções Sindicais para o debate que norteará a reunião futura do Grupo de Trabalho, em outubro. O GTCA fará uma última discussão do Documento e o oferecerá à Diretoria, que por sua vez deverá traçar as propostas da Política de Comunicação do Sindicato a serem apresentadas no próximo Congresso da categoria.

Para Tomzé, outro mérito desta reunião foi o retorno à discussão das políticas públicas de comunicação do país, “relegadas a terceiro plano pelas últimas diretorias do Sindicato”.



Montagem: Sávio Stocco

Edua

Docentes alertam para entraves na difusão do conhecimento da Ufam

Publicação de editais, melhoria na distribuição dos livros, mais eficiência e autonomia. É o que docentes da Ufam e de outras instituições parceiras observam na atividade da Editora da Universidade Federal do Amazonas (Edua), que em 2011 completa duas décadas de existência. Em julho a editora lançou 31 livros e na primeira semana de dezembro pretende lançar mais 30.

Para professores e autores tentarem que suas obras sejam editadas pela Edua o caminho, indicado pela diretora Iraildes Caldas, é enviar os textos acompanhados de um ofício à sede da editora. O material será avaliado por um comitê editorial.

Mas, na opinião do professor Nelson Noronha, coordenador editorial da revista Somanlu do Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura, deveria haver editais públicos que informassem as regras. “O trabalho da Edua tem sido feito, mas é sempre possível melhorar”, disse o professor.

No ano passado o professor Leandro Giatti, atualmente do Departamento de Saúde Ambiental da Universidade de São Paulo, lançou pela Edua sua primeira publicação, a coletânea “Fundamentos de Saúde Ambiental”, que organizou.

A publicação se encaixa na linha editorial de parcerias com outras instituições. Na época ele era pesquisador na Fiocruz - Amazônia e professor da Escola Superior de Ciências da Saúde da UEA. Hoje, ele sente a dificuldade dos leitores terem acesso à obra.

“Tenho tido poucas informações sobre a divulgação. Solicitei a consignação de 225 exemplares para venda direta. Mas poucos foram vendidos, de fato. É dificultoso para nós autores assumirmos algum compromisso de vender os livros. Estou certo que eles deveriam ser distribuídos e assim poderiam estar acessíveis em distintas livrarias, inclusive virtuais”.

De acordo com a diretora da Edua, é possível fazer pedidos de livros pelo site www.edua.ufam.edu.br, mas até o fechamento desta edição o site estava fora do ar.

Com a professora Luciane Páscoa, do Departamento de Artes da UEA, a história é de bastante atraso. O livro ‘À Golpe Fundo’, incluído da série criada pela própria Edua, ‘Oficina das Artes’, foi entregue em abril de 2005 e até agora não foi publicado.

“Há prejuízos. Quando a obra chega à sociedade, em alguns casos, já está desatualizada. O maior problema é que a Edua não tem autonomia financeira, não

Segundo o ex-diretor da Edua, Renan Freitas Pinto, a Ufam não pode se preocupar só com diplomas e deveria investir mais para ter sua produção divulgada

é pessoa jurídica e desse modo não pode estabelecer contratos ou termos de compromisso. Os acordos ficam num plano informal e isso é pouco profissional. Mas esta não é uma prática exclusiva da Edua, é corrente nas editoras de Manaus. Mas acho que no âmbito da universidade, procurar manter a credibilidade é importante”, disse.

Na opinião do professor Renan Freitas Pinto, ex-diretor da Edua, a editora é a parte mais importante de uma universidade já que é por meio dela que a produção intelectual é divulgada. “O que de melhor se produz na universidade em ciência, cultura, se torna reconhecido pela sociedade com os livros. As editoras têm um papel fundamental nas universidades. Passam reitores, professores, alunos; o que ficam são os livros. As grandes universidades do mundo, como Harvard, são conhecidas por suas editoras e pelos programas de pós-graduação. A universidade não pode se preocupar só com diplomas”.



Divulgação/ Edua

Edua precisa de mais funcionários

A Ufam deveria dar melhores condições para as atividades da Edua, segundo a diretora Iraildes Caldas. “É preciso investir mais em contratações. Não temos pessoal técnico. Estamos esperando novos concursos”, disse a diretora.

O orçamento anual da Edua sai por meio de dois pregões que somam cerca de R\$ 77 mil. Mas há também uma parceria com a Fundação de Amparo a Pesquisa do Amazonas (Fapeam) que a editora aguarda desde 2008, no valor de R\$ 400 mil. A demora no repasse está ocorrendo por conta de burocracia, segundo a diretora da Edua.

Atualmente a editora conta com seis profissionais de design contratados pela Ufam e dois pela Unisol (que deverão ser desligados até o fim do ano), quatro estagiários, três revisores de português e um de regras da ABNT. O mínimo seriam 12 profissionais de design, de acordo com a diretora.

As instalações físicas do atual prédio da Edua, assim como o apoio à participação de eventos, como bienais e SBPC, também são entraves, segundo a diretora. A editora passará a funcionar em breve no antigo bloco da Comissão Permanente de Concursos (Convest) no campus da Ufam. Enquanto não estiverem prontas as finalizações elétricas da nova sede, a Edua continua a funcionar na antiga Faculdade de Direito, no Centro.

Apesar da distribuição precária que todas as universidades do país enfrentam, os títulos da Edua ganham visibilidade mundial, segundo Renan Freitas Pinto, já que todos são enviados para a maior biblioteca do mundo, a Biblioteca do Congresso dos Estados Unidos, em Washington. “Os títulos enviados entram em uma rede de informática mundial, um catálogo. É um exemplo de como os livros, o conhecimento, vai até mais longe do que os próprios autores”, disse.

A política editorial da Edua é redefinida de acordo com seu diretor, segundo Iraildes Caldas. Atualmente há cinco linhas que abarcam teses e resultados de outras pesquisas dos professores da Ufam, trabalhos de professores de outras universidades, produção da comunidade em geral, além de títulos com financiamentos próprios que a editora cede o ISBN. Não houve discussão aberta sobre a política editorial.

Dos livros lançados em julho pela Edua, a maioria é constituída de teses e outros trabalhos de professores da Ufam. Mas há um livro de um pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), ‘O Saber Biodiverso’, e outro de um autor fora do meio acadêmico, ‘Cinema e Crítica Literária de L. Ruas’, que compõe essa parceria anunciada por Iraildes.

Jurídico

Processo 3,17%

Docente, venha trazer seus documentos

A assessoria jurídica da Adua solicita que os filiados envolvidos no processo 3,17% tragam ao sindicato cópias autenticadas em cartório do RG, CPF e último contracheque.

Horário de entrega:
8h às 12h e 14h às 18h



Serviço

O que é o adicional de insalubridade

É possível rever o valor da aposentadoria, administrativa ou judicialmente, no caso de aposentados que trabalharam em atividades consideradas insalubres ou perigosas e ainda não receberam o adicional, segundo o assessor jurídico da Adua, José Barbosa.

A Constituição Federal explica no artigo 68, da Lei 8.112/90, o que cabe enquadrar como insalubre. “Os servidores que trabalham com habitualidade em locais insalubres ou em contato permanente com substâncias tóxicas, radioativas ou em locais com risco de vida, fazem jus a um adicional sobre o vencimento do cargo efetivo”, como consta na constituição.

No artigo 40, parágrafo 4, ela diz que é vedada a adoção de diferenciação na concessão de aposentadorias, com exceção do que foi definido em Leis complementares ou servidores portadores de deficiência, que exerçam atividade de risco ou “cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudi-

quem a saúde ou a integridade física”. Segundo o assessor jurídico da Adua, não existe uma norma regulamentadora com relação a este direito. A omissão só é retirada pelo Superior Tribunal Federal (STF) no Mandado de Injunção 880, assim é possível fazer cumprir o direito à aposentadoria especial no artigo 40, parágrafo 4 da Constituição e artigo 57, da lei 8.213/91, que trata dos benefícios previdenciários.

A condição insalubre deverá ser provada por meio de um exame pericial sobre o local e atividade desenvolvida.

A condição insalubre deverá ser provada pelo servidor por meio de um exame pericial sobre o local e atividade desenvolvida. Ou ainda por um comprovante de que passou a receber o adicional durante sua carreira, mas que esta não acompanhou para a sua aposentadoria.

Demonstrativo mensal das receitas e despesas de 01/06 a 30/06/2010

1	RECEITAS	40.925,08
1.1	Contribuição dos Associados	40.027,60
1.2	Rendimento da Aplicação Financeira	885,57
1.3	Receitas com Reprografia	11,91
2	DESPESAS	33.947,08
2.1	PESSOAL	7.280,28
2.1.1	Salários	6.200,28
2.1.2	Vale Transportes/Alimentação	1.080,00
2.2	ENCARGOS SOCIAIS/IMPOSTOS	2.352,46
2.2.1	Contribuição INSS	1.892,28
2.2.2	Contribuição FGTS	460,18
2.3	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA FISICA	2.785,00
2.3.1	Serviços de Manutenção de Computadores	110,00
2.3.2	Serviços de Diagramação de Material Impresso	600,00
2.3.3	Serviços de Assessoria Jurídica	1.500,00
2.3.4	Serviços de Eleição 2010/2012	45,00
2.3.5	Serviços de Distribuição de Jornais	30,00
2.3.6	Serviços de Limpeza/Manutenção	500,00
2.4	SERVIÇOS PRESTADOS - PESSOA JURIDICA	3.650,00
2.4.1	Serviços Graficos	2.100,00
2.4.2	Serviços de Confecção de Faixas	280,00
2.4.3	Serviços de Manutenção de Ar Condicionado	250,00
2.4.4	Serviços Contábeis	1.020,00
2.5	CONTRIBUIÇÃO ANDES - SINDICATO NACIONAL	9.460,98
2.5.1	Contribuição ao Sindicato Nacional	7.987,06
2.5.2	Contribuição Comando Nacional de Mobilização	196,00
2.5.3	Contribuição Fundo de Solidariedade	319,48
2.5.4	Contribuição Sindical Conlutas	958,44
2.6	PASSAGENS, DIARIAS E HOSPEDAGEM	6.339,57
2.6.1	Passagens Aereas/Terrestres	4.509,57
2.6.2	Despesas com Hospedagens	150,00
2.6.3	Diárias (Transportes/Alimentação)	1.680,00
2.8	BENS DE CONSUMO	2.054,79
2.8.1	Telefone	803,92
2.8.2	Correios/Malotes	717,50
2.8.3	Condução/Onibus	4,50
2.8.4	Combustível	50,00
2.8.5	Material de Expediente/Limpeza	209,07
2.8.6	Assinatura de Revistas/Jornais	225,00
2.8.7	Assinatura Provedor/Internet	44,80
2.10	ENCARGOS FINANCEIROS	24,00
2.10.1	TRF/IOF/IRRF/Desp.Bancarias	24,00
QUADRO RESUMO		
SALDO ANTERIOR		(4.966,92)
RECEITAS		40.925,08
DESPESAS		(33.947,08)
RESULTADO OPERACIONAL		2.011,08
Banco do Brasil S/A C/C		6.275,19
Aplicação Banco do Brasil		143.023,78
CAIXA		510,79
SALDO ATUAL DISPONIVEL		149.809,76

espaço cultural

Setembro terá dois festivais de música no Amazonas. Nos dias 3 a 6, será realizado o Festival da Canção de Itacoatiara – Fecani, com Nando Reis e Gian e Giovani. Em Manaus, nos dias 21 a 25, haverá a primeira edição do Festival Amazonas de Música – Femusi. Quarenta músicas amazonenses inéditas concorrerão entre si.

Opinião

Faces ocultadas em Parintins

Foto: Agecom



A falta de uma política cultural em Parintins faz com que as academias de capoeira, umbandas, pastorinhas, quadrilhas, manifestações de samba e outras manifestações culturais existentes em Parintins sejam prejudicadas pela hegemonia dos bois Garantido e Caprichoso. A constatação é do professor Carlindo Fausto Antônio, educador e cientista social, que está no município há onze meses, onde leciona no campi da Ufam.

“As festas religiosas recebem apoio e são muito bem divulgadas, elas existem no calendário oficial da cidade. Não percebi o mesmo no que toca às outras manifestações culturais. O apagamento ou o baixo investimento social nas manifestações entre outras modalidades de bois, pastorinhas, etc, tem relação com a ausência de uma política cultural ou é, de outro modo, a reafirmação do modelo hegemônico consagrado pelas grifes Garantido-Caprichoso e poder religioso local”, opina o professor em entrevista ao jornal da Adua.

A festa atrai turistas de diversas partes do mundo e este ano os dois bois receberam patrocínio de mais de R\$ 2,23 milhões, somente da Coca-Cola. Em 16 anos de investimento, a multinacional acumulou mais de R\$ 60 milhões.

A fama dos dois bois-bumbás é alavancada pelas transmissões televisionadas, fato que interfere profundamente na dinâmica. É uma “encruzilhada” para os bois, como notou o professor, já que tanto

há o movimento em busca de visibilidade mundial, mas também há pessoas que se preocupam com a manutenção das tradições. Mas o primeiro deles prevalece.

“Em Parintins, predomina o modelo te-

levisivo e mesmo os bois de rua funcionam como apêndices das grifes Garantido-Caprichoso. É muito raro manifestações musicais e encenações fora dos limites estabelecidos por elas. Não há notícias de toadas e de bois nos momentos banais da cidade e sem o comando das entidades detentoras das marcas de prestígio televisivo. Os boizinhos, que atuam na cidade, lustram o mesmo processo, quer seja do ponto de vista do calendário oficial, quer seja do ponto de vista identitário”.

A questão, em se tratando de uma manifestação da cultura popular, se coloca de maneira contundente, pois é nos momentos em que as câmeras não se interessam pelas ações é que a realidade do município, da vida daquela população, mais se revela. Não é a representação romanceada do índio e do negro estereotipado.

Carlindo fala ainda de outro movimento importante na encruzilhada dos bois Garantido e Caprichoso. “Esse movimento acontece nos momentos de desordem, ou seja, nos bois de rua”, disse. “Sem o relógio dos patrocinadores, o movimento vai revelando o espaço banal, a vida coletiva, e uma corporeidade dos bois e das pessoas numa relação dialógica com a cidade ‘real’ do esgoto a céu aberto, das calçadas irregulares, das ruas esburacadas, do lixo, dos urubus, do alcoolismo, do feminino, dos jovens, dos negros, das mulheres, dos índios, dos pobres, dos ricos, etc.”. Hoje, em Parintins, predomina o modelo televisivo.

Vale a pena ver

Marcelo Rennó



DVD: **Vocação do Poder Brasil, 2005**
Documentário, 110 min.
Direção: **Eduardo Escorel e José Joffily**
Distribuição: **Vídeo Filmes**

O que esperar de um documentário sobre política? Em época eleitoral ninguém aguenta mais olhar para o rosto de qualquer político. Mas “Vocação do poder” surpreende e muito. Sai totalmente da mesmice ao focar em seis candidatos a vereador no Rio de Janeiro em 2004, todos novatos na política, e suas agruras no começo dessa difícil “carreira”. Tem para todos os gostos: Uma é pastora evangélica, outro é filho de políticos, e ainda tem um rapper, um político intelectualizado, outro que vai tentando conquistar voto a voto em contato pessoal... Esse mosaico de personalidades torna o documentário muito rico. Nesses tempos de descrédito total com a política, haja vista tantas notícias de corrupção, um filme desses vale o seu peso em ouro por tornar fascinante o périplo dessas pessoas, e mostrar que nem tudo é corrupção e desfaçatez, exibindo algumas provas de amor e obsessão dessas pessoas pela política.

Os renomados diretores José Joffily e Eduardo Escorel acertaram na mosca ao escolher os seis novatos, por escaparem assim de políticos rodados que ficariam o tempo todo medindo cada palavra, transformando o documentário em um marasmo politicamente correto. Os seis escolhidos logo se soltam em frente às câmeras e expõem, muitas vezes, facetas que até os fariam perder votos (como um deles que recebe Eduardo Escorel em sua casa de alto luxo, não muito condizente com um político que “luta pelas minorias”). Como acontece na maioria dos documentários, o que realmente importa não é o que é dito, mas sim a reação de cada um ao que acontece, que revela suas verdadeiras identidades.

Apesar de eventualmente mostrar uma ou outra cena do dia da eleição no começo do filme, a coisa toda avança de forma razoavelmente cronológica, e vamos nos envolvendo com alguns dos candidatos, e fatalmente acabamos torcendo por alguns deles no final do filme. Vemos também o quão duro é esse começo político, com os candidatos tendo que expor suas idéias em ridículos 10 segundos na TV, pagando do próprio bolso boa parte da campanha e sofrendo mil revezes por causa disso, além de ter que fazer um desgastante boca-a-boca com eleitores que não só ignoram uma “reles” disputa para vereador como também têm nojo de qualquer político que se meta a besta de aparecer na frente deles.

“Vocação do poder” é um retrato de uma realidade que pouca gente conhece (e que infelizmente às vezes nem quer conhecer), é emocionante e, principalmente em um Brasil tão despolitizado, é uma experiência quase obrigatória para qualquer cidadão. Uma prova de que o ramo do documentário brasileiro, como um todo, talvez esteja passando pela melhor fase de sua história.

Marcelo Rennó é jornalista e mantém o blog Movieland.

Vale a pena ler

Sean Purdy



Livro: **Os Inventores do New Deal: Estado e Sindicatos no Combate à Grande Depressão**
Autor: **Flávio Limonic**
Editora: **Civilização Brasileira**
Nº de páginas: **288**
R\$ **42,00**

Fruto de uma tese de doutorado, defendida em 2003 na UFRJ, o livro trata do relacionamento turbulento entre o movimento sindical norte-americano e o governo de Franklin D. Roosevelt ao longo da Grande

Depressão dos anos 1930. Limonic explora sucintamente, em cinco capítulos, como o New Deal – o pacto social, econômico e político desenhado para retirar os Estados Unidos da Depressão – transformou o velho sistema de contratação individual do trabalho, com seu forte preconceito judicial contra os sindicatos, em uma nova ordem assentada na contratação coletiva. Consolidou-se assim um forte, ainda que menos combativo, movimento sindical, gestando, por conseguinte, uma ampla sociedade de consumidores.

Limonic concentra suas análises num setor decisivo: a indústria automobilística e seus

sindicatos no conturbado período de estabelecimento da National Labor Relations Act, de 1935, legislação que ainda hoje regulamenta as relações de trabalho nos Estados Unidos. O livro mostra como Roosevelt, em seu esforço para constituir novos procedimentos de regulação do capitalismo, conseguiu equilibrar os principais interesses do empresariado e dos sindicatos, apesar de ferozes conflitos internos presentes nos dois grupos.

Sean Purdy é professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo. Texto publicado no Jornal de Resenhas.

internacional

A reportagem da página internacional do Jornal da Adua é uma das análises feitas em uma edição especial do Jornal Brasil de Fato sobre a Palestina. Em diversos textos, o jornal analisou, por meio de dados, flagras, imagens e entrevistas, como o Oriente Médio ainda se mantém refém do imperialismo dos Estados Unidos na era Obama. Também se demonstram sinais de resistência, mas, conforme o editorial do Jornal nesse especial, “não se derrota 62 anos de colonialismo israelense com duas semanas de mobilizações, mas as lutas de agora vão se transformando numa onda”. Veja o especial completo na página <http://www.brasildefato.com.br/v01/agencia/brasil-de-fato-na-palestina>.

Imperialismo estadunidense ainda se sobrepõe à emergência turca

Brasil de Fato

Eduardo Sales de Lima

Um país foi sancionado pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), controlado pelos Estados Unidos. O outro atacou uma flotilha que levava alimento e ativistas pacifistas à Faixa de Gaza. Irã e Israel. Os dois países remexeram, nos últimos anos, o xadrez geopolítico do Oriente Médio. A tensão ampliou-se, sucederam-se novos atores. Entretanto, só haverá efetividade na busca pela paz na região quando os Estados Unidos decidirem que isso ocorra.

Com o ataque à Frota da Liberdade, em 31 de maio, Israel tentou, por meio da intimidação, limitar a atuação diplomática de novos atores globais. Na edição 379 do Brasil de Fato, o jornalista palestino-estadunidense Ramzy Baroud lembrava que “Israel precisou agir para criar o tipo de caos que poderia levar a região a uma confrontação e, posteriormente, ao envolvimento dos Estados Unidos, desencorajando atores de fora, como o Brasil, da tentativa de mediação”. Ele afirmava que, quando a tempestade abaixasse, “a Turquia teria que se reposicionar.”

De fato, é necessário que o mundo espere o “baixar da poeira”, pois não será simples dividir “bons” e maus”, “islâmicos e ocidentais”, simplesmente porque não existirá semelhante polarização. De acordo com o professor de relações internacionais da Universidade de Brasília (UnB), Virgílio Arraes, existe um número significativo de potências médias na região e adjacências – Israel, Arábia Saudita, Turquia, Irã, Síria e mesmo Egito, que se emaranham entre acordos pontuais. “Nenhuma delas aceitaria a primazia das demais, basta lembrar a tentativa do nacionalismo pan-arábico, sob liderança do então presidente Gamal Abdel Nasser, do Egito, como contraponto ao sionismo nos anos 1950. O resultado foi efêmero”, recorda Arraes.

“Chutar amigos”

Mesmo em meio à poeira, é a Turquia que se sobrepõe. A relação Turquia-Israel, bem antes do ataque à flotilha, desmorona há meses. Em janeiro, Israel convocou o embaixador turco em Tel-Aviv para dar

explicações sobre um seriado turco que exibia israelenses matando civis. O diplomata foi propositalmente colocado em um sofá rebaixado, cena que enfureceu os turcos. Logo depois, a Turquia cancelou exercícios militares que faria com Israel em seu território. Ancara exigiu o pedido de desculpas e Israel, muito relutantemente, acatou.

Para Arlene Clemesha, professora da USP especialista em história árabe, apesar do fato parecer apenas um litígio diplomático, o episódio não pode ser visto de modo isolado. “É muito estranho que o governo israelense tenha destruído aquele que até então era seu maior aliado entre os países islâmicos”, lembra Clemesha.

A voz do sociólogo José Farhat engrossa o coro com a da historiadora. Para ele, “seria inimaginável há alguns meses que esse país, de maioria islâmica, assumisse iniciativas completamente contrárias aos interesses de Tel Aviv”.

O destino da Turquia liga-se diretamente à postura da política externa de Obama sobre ela.

Veio então o ataque à flotilha, e Israel conseguiu reforçar um posicionamento turco avesso à sua política externa. Fez também com que “os países árabes que reconheciam o Estado judeu se afastassem dele”, como afirma

Farhat. Por afastar até possíveis aliados, o sociólogo destaca que “Israel prima por matar inimigos e chutar amigos, aliados ou mais ou menos”.

Virgílio Arraes explica, por meio da história recente turca, a existência de um certo “desejo natural” do país de atuar como mediador de conflitos na região. De acordo com ele, por completar quase um século de proximidade política da Europa e aspirar a reiteração disso por meio de seu ingresso na União Europeia desde 2005, o andamento do processo está naturalmente vinculado à conservação do país como alinhado ao Ocidente. Além disso, segundo ele, o país trabalha como contrapeso laico ao crescente fundamentalismo na região médio-oriental. “A Turquia, por ser sucessora do Império Otomano, deseja posicionar-se como mediadora constante e natural na região;



Acordo americano aumentou investimento de US\$ 800 mi em armas

portanto, não subscreverá a posições extremadas por lá”, salienta Arraes.

Império

A “chutada” Turquia ganha peso numa nova conformação geopolítica da região, em que a divisão tácita entre países pró-Irã ou pró-Israel é descartada tanto por Arraes, como por Clemesha. Entretanto, apesar da complexidade política interna e da emergência turca, existe o fator Estados Unidos, imprescindível para deduzir novas conjunturas e novas alianças no Oriente Médio; seu peso decisivo prepondera sobre qualquer tipo de acordo regional.

Para ilustrar, ao passo que no dia 9 de junho o Conselho de Segurança da ONU, capitaneado pelos Estados Unidos, aprovou a quarta rodada de sanções econômicas contra o Irã, devido ao seu suposto programa nuclear bélico, os estadunidenses consideraram como “um passo à frente” o anúncio feito por Israel, de que o próprio governo irá investigar o ataque à Frota da Liberdade, no dia 31 de maio. Na ocasião, nove militantes turcos foram assassinados e 20 pessoas foram feridas por integrantes das forças armadas israelenses.

De acordo com Arraes, o destino da região liga-se diretamente à postura da política externa de Barack Obama sobre ela. “A política externa de seus principais aliados, Turquia, Arábia Saudita e Israel, é influenciada e abonada por Washington”, destaca. Quer dizer, para ele, uma mudança de postura de seus aliados só ocorrerá quando a Casa Branca alterar a sua política, “o que não é possível vislumbrar no curto prazo”.

Mais que se vislumbrar a curto prazo, já é possível testemunhar o aumento da tensão bélica na região, apoiada justamente por tal política da Casa Branca. Em dezembro de 2009, houve um acordo entre os dois países para aumentar a quantidade de armas para um valor de 800 milhões de dólares, incluindo foguetes, bombas e veículos blindados. De acordo com o jornal israelense Ha’aretz, o país também deseja comprar dos Estados Unidos mais bombas guiadas por satélite, já utilizadas no ataque ao Líbano em 2006 e em sua ofensiva a Gaza no final de 2008 e começo de 2009.

Eduardo Sales de Lima é jornalista do Brasil de Fato, enviado à Palestina. (Publicado na edição do dia 22/06/2010).